

Sem fato determinado, CPI não prossegue

O requerimento que propõe comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o governo federal não terá prosseguimento. A decisão foi anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, porque o pedido não determina um fato a ser investigado. **Página 3**

Efraim pede julgamento sobre sigilo de Okamoto

Presidente da CPI dos Bingos, o senador Efraim Morais disse esperar que o Supremo Tribunal Federal decida logo se autoriza, ou não, a quebra de sigilo de Paulo Okamoto. Ele teme prejuízo às investigações, que devem ser encerradas em maio. **Página 3**



Renan (E) fala a ministros e prefeitos na IX Marcha: apoio ao aumento de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios

SENADO APÓIA OS MUNICÍPIOS

Com muitas obrigações e poucas contrapartidas financeiras, os municípios brasileiros vivem situação caótica, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, na abertura de evento que reúne prefeitos de todo o país. No Plenário, senadores de diferentes partidos defenderam os municípios. **Páginas 4 e 5**

Saturnino propõe debate sobre as Forças Armadas

Uma série de audiências públicas com a participação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica foi proposta ontem pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Roberto Saturnino. Ele falou a participantes de curso da Adesg. **Página 3**

Cadernos e livros podem ter hino na contracapa

A letra do *Hino Nacional Brasileiro* deverá ser impressa nas contracapas dos cadernos escolares e livros didáticos adquiridos com recursos da União. A determinação está prevista em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Educação. **Página 7**

Trabalhadores aceitam corte de 2,9 mil empregos para salvar Varig



A reunião das quatro comissões reúne senadores e interessados numa solução para a crise

Jereissati, Heráclito e Tebet (ao centro) coordenam a audiência pública sobre a Varig



Os empregados da Varig estão dispostos a aceitar o corte de 2,9 mil postos de trabalho na empresa para adequá-la às condições operacionais do momento. O anúncio foi feito pelo coordenador dos trabalhadores do Grupo Varig, Márcio Marsillac, em audiência ontem no Senado para discutir a crise da companhia aérea. Vários senadores presentes à reunião defenderam uma solução para os problemas financeiros da empresa, levando em conta créditos que ela detém junto ao poder público. **Página 8**

Plenário aprova requerimento de voto de saude
apresentado por Renan e com 54 assinaturas

Senadores lembram trajetória de Luis Eduardo Magalhães

O Senado prestou ontem homenagem pelo oitavo aniversário de morte do ex-presidente da Câmara dos Deputados Luis Eduardo Magalhães, transcorrido na última sexta-feira. O Plenário aprovou requerimento de voto de saude assinado por 54 senadores – cujo primeiro signatário foi o presidente do Senado, Renan Calheiros. Vários parlamentares expressaram sentimentos ao pai do deputado, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

– Luis Eduardo faleceu aos 43 anos, em um dos momentos mais importantes de sua carreira política. Ele estava iniciando sua campanha para governador da Bahia e era um nome muito forte do PFL para a sucessão presidencial de 2002 – afirmou Renan.

Para Marco Maciel (PFL-PE), “homenagear Luis Eduardo pela passagem de mais um ano de sua morte é reverenciar o exemplo que ele deixou como homem público, cidadão e político”. Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que “Luis Eduardo deve ser lembrado como um exemplo de espírito público e de devotamento à causa popular e ao país”. José Jorge (PFL-PE) falou do papel de Luis Eduardo na aprovação de “emendas que agilizaram



ACM (E) recebe homenagens pela memória do filho

a economia, como a que permitiu a abertura do mercado de petróleo brasileiro”.

Emocionado, Antonio Carlos agradeceu e assinalou ter desistido de fazer discurso com críticas ao governo.

– Luis Eduardo continua vivo em nossa memória e iluminando muitos dos nossos caminhos.

Em aparte, Aloizio Mercadante (PT-SP) recordou ter mantido relação “cordial e construtiva” com Luis Eduardo na Câmara. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) destacou a lealdade com que o homenageado pautava suas decisões na liderança política. Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou a atuação dele um exemplo edificante.

João Tenório assume no lugar de Teotonio

Desde ontem, João Tenório substitui Teotonio Vilela Filho no Senado – ambos são do PSDB de Alagoas. O mandato de Teotonio, que é pré-candidato ao governo de Alagoas, termina em janeiro de 2011.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), defendeu a candidatura de Teotonio e lembrou que João Tenório já havia exercido anteriormente o mandato de senador – entre novembro de 2003 e maio de 2004, período em que também estava substituindo Teotonio, de quem é suplente.

Agripino: Brasil só é auto-suficiente em petróleo porque cresceu pouco

O líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN), procurou, em discurso proferido ontem, “desmistificar a anunciada auto-suficiência em petróleo, da qual o presidente Lula se utiliza como peça de propaganda eleitoral”. De acordo com o senador, o Brasil só atingiu o atual patamar na relação produção/consumo porque o crescimento da economia está baixo.

Segundo ele, se o país tivesse crescido mais, o combustível produzido aqui não seria suficiente para movimentar fábricas e veículos. Além disso, o parlamentar lembrou que o Brasil substituiu petróleo por álcool anidro e gás natural, diferentemente de outros países considerados auto-suficientes. Ele foi apoiado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que,



Roosevelt Finheiro

Agripino lamenta que governo tenha
gastado R\$ 37 milhões na campanha

em aparte, disse que, quando Lula assumiu, faltavam apenas 4% para a auto-suficiência, e que o Brasil ainda importa o “petróleo fino”.

Para Agripino, é danoso que o governo tenha gastado R\$ 37 milhões com a campanha sobre a auto-suficiência, realizada pelo publicitário Duda Mendonça.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário continua bloqueada

A sessão é deliberativa e começa às 14h. A pauta continua trancada, entre outros, pela medida provisória

que reajustou em 8% a tabela do Imposto de Renda. Às 15h30, o Conselho Editorial do Senado lança

no Salão do Congresso o livro *Humberto Lucena*, da coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

Fundeb na pauta da CCJ

A proposta que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fun-

deb) está em votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 9h30. O texto do Executivo sofreu modificações

dos senadores após várias audiências públicas sobre o assunto. O relator, José Jorge (PFL-PE), acolheu parte das 29 emendas.

Chilenos na CRE

Parlamentares chilenos visitam o Congresso nesta quarta. Eles serão recebidos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 10h30, quando discutem os acordos entre Brasil e Chile, além da situação do Haiti.

CPI da Emigração Ilegal

Às 11h, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal discute projeto sobre reintegração de antigos emigrantes na Previdência brasileira. Também será ouvida Tânia Vicentini, mãe de Carla, paranaense desaparecida nos EUA.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Antero Paes, Efraim Morais, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves e Romero Jucá



Saturnino: militares poderiam atuar no desenvolvimento tecnológico e em ações sociais

Presidente da CRE propõe audiência sobre mudanças nas Forças Armadas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Roberto Saturnino (PT-RJ), propôs a realização de uma série de audiências públicas com a participação de militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, destinadas a debater medidas a serem adotadas pelas Forças Armadas para responder às exigências da realidade contemporânea. De acordo com o senador, além de participar de missões de paz, as Forças Armadas poderiam estender sua ação ao desenvolvimento tecnológico e à ação social.

Reunido com cerca de 140 formandos do curso de Política de Alta Administração, em evento promovido pela Escola Superior de Guerra no Auditório Petrônio Portella, no Senado, Saturnino destacou que, como é cada vez

mais remota a possibilidade de o país vir a se envolver numa guerra convencional, o Brasil quer ser uma “potência da paz”.

– Isso significa ter Forças Armadas capazes de garantir sua soberania, suas posições e uma capacidade de influência cada vez maior junto a organismos internacionais, sobretudo a Organização das Nações Unidas – destacou.

O general-de-brigada Luiz Eduardo Rocha Paio concordou com Saturnino sobre a importância de se discutirem as mudanças. No entanto, ressaltou que, quando se cogita empregar o Exército para combater o crime organizado nas favelas, como ocorreu no Rio de Janeiro, é preciso que a medida seja acompanhada de mudanças na legislação, sob pena de as Forças Armadas se desmoralizarem.



Lando apóia atores de Rondônia que querem lei de incentivos culturais

Amir Lando: Porto Velho é a única capital sem teatro

O senador Amir Lando (PMDB-RO) lamentou que os atores de Rondônia, sem espaços para suas apresentações, tenham sido obrigados a encenar até nas ruas.

Ele pediu apoio do governo estadual para as manifestações artísticas e disse ter recebido de atores uma reclamação de que Porto Velho é a única capital do país sem um teatro. Os artistas também querem uma legislação estadual de incentivos fiscais à cultura e programas específicos para o teatro, informou Lando.



Demostenes diz que Lula mostrará otimismo e sorrisos em sua campanha

Para Demostenes, eleitor não quer ouvir lamentações

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou o PT por “vender à opinião pública a fantasia de um país das maravilhas”, e recomendou à oposição que não se iluda com a suposta eficácia das “lamúrias” na disputa eleitoral contra o presidente Lula. Na opinião do senador, o presidente procurará capturar a atenção do eleitorado com largos sorrisos.

– Lula escapou do *impeachment*, conseguiu salvar a pele dos mensaleiros e agora dá vivas ao otimismo – afirmou.

Decisão do presidente do Senado baseia-se em julgamento da Comissão de Justiça, que classificou como “inconstitucional” criação de CPI sem fato objetivo a ser investigado

Ausência de fato determinado arquiva CPI sobre governo Lula

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que não dará prosseguimento ao requerimento de criação de uma CPI para investigar denúncias de irregularidades no governo federal, subscrito por 34 senadores e apresentado por Almeida Lima (PMDB-SE) no último dia 19.

A decisão foi baseada em julgamento anterior da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que classifica como inconstitucional a criação de CPI sem fato determinado e objetivo para investigação.

– Listar fatos difusos, desconexos, pulverizados ou genéricos não encontra respaldo na Constituição, nem nos regimentos das casas legislativas e menos ainda no Supremo – disse Renan, que também registrou sua compe-

tência para a decisão, citando o inciso XI do art. 48 do Regimento Interno do Senado, segundo o qual cabe ao presidente da Casa “impugnar proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou ao Regimento”.

Renan fez ainda um balanço positivo dos resultados alcançados no último ano pelas CPIs instaladas no Congresso.

– Nunca se investigou tanto. Como presidente, dei a elas todo apoio logístico e político, para que trabalhassem com autonomia e independência – disse.

Heloísa Helena (PSOL-AL) registrou que, em sua avaliação, os pressupostos constitucionais e regimentais da proposição haviam sido cumpridos. Pelo requerimento, a CPI iria apurar a violação do sigilo bancário de

Francenildo Costa; o pagamento de contas pessoais de Lula e de seus familiares pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto; a relação entre a empresa de Fábio Luiz da Silva, filho de Lula, com a concessionária de telefonia Telemar; a existência de tráfico de influência de Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão do presidente, na intermediação de demandas de empresários junto a estatais e órgãos públicos federais; e a origem e destinação do dinheiro encontrado nas roupas íntimas de um assessor do deputado estadual petista do Ceará, José Nobre Guimarães, no aeroporto de São Paulo.

Para Renan, esses fatos contidos no requerimento já foram objeto de investigação em outros âmbitos da Casa.

Efraim espera que STF decida logo sobre sigilo

O senador Efraim Moraes (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, disse ontem esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida logo se autoriza ou não a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Ele afirmou que 90% dos trabalhos da CPI dos Bingos já estão concluídos e que continua decidido a colocar o relatório em votação até o fim de maio. Mas observou que o relatório pode ficar prejudicado caso não sejam quebrados os sigilos de Okamoto.

A oposição insiste em que Okamoto pagou contas do presidente



Efraim insiste em dados sobre Okamoto

Lula e de sua filha Lurian. Por essa razão, apresentaram requerimento solicitando a quebra dos sigilos do dirigente do Sebrae, mas senadores da base do governo obtiveram liminar do STF

impedindo que as contas do presidente do Sebrae se tornassem públicas. Okamoto confirmou, em seu primeiro depoimento à CPI, ter pagado do próprio bolso um empréstimo, no valor de R\$ 29 mil, tomado por Lula junto ao PT.

Efraim disse que na reunião administrativa de hoje, às 11h, tentará aprovar um cronograma de definição dos trabalhos nessa reta final, o que deverá incluir a votação de requerimentos considerados polêmicos e que deveriam ser votados na próxima semana.

“Francenildo não se venderia”, diz jardineiro

Em curto depoimento à Corregedoria Parlamentar do Senado, o jardineiro Leonardo José Moura confirmou ontem ter tentado intermediar a compra de um imóvel na periferia de Brasília para o caseiro Francenildo Santos Costa, pivô da saída de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda. A reunião foi presidida pelo corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

O jardineiro disse que Fran-



Corregedor do Senado, Romeu Tuma (D) ouve Leonardo Moura

cenildo afirmou ter um pai que recentemente o reconheceu como filho e enviara “um pouco de dinheiro”.

– Nem cheguei a ver o dinheiro.

Somos muito amigos. Ele é trabalhador, honesto, tem esposa e filho. Acredito que ele não se venderia.

Em resposta a Romeu Tuma, Leonardo informou só ter comentado o episódio com os donos da casa onde trabalha (próxima à chamada República de Ribeirão Preto) e com um jornalista

de *O Globo*, que havia acabado de entrevistar Francenildo, no dia em que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a primeira entrevista concedida pelo caseiro.

Na abertura da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, presidente do Senado afirma que evento pode contribuir para aperfeiçoar a democracia no país



Ideli cita o reajuste do valor da merenda escolar e recursos para municípios

Governo atende pleito de prefeitos, anuncia Ideli

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, anunciou ontem em Plenário conquistas alcançadas junto ao governo federal pelos prefeitos e entidades representantes dos municípios que participam da IX Marcha dos Prefeitos a Brasília. Entre as reivindicações atendidas pelo presidente Lula, assinalou a parlamentar, estão o reajuste do valor da merenda escolar por aluno, de R\$ 0,18 para R\$ 0,22; e a abertura de uma linha de crédito de R\$ 1,25 milhão para prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes para a compra de maquinário.

Pavan questiona obtenção de recursos em SC

Leonel Pavan (PSDB-SC) classificou como imoral a suposta interferência do genro do presidente Lula, Marcelo Sato Rosa, na obtenção de repasse de recursos para municípios de Santa Catarina. A denúncia foi noticiada pela imprensa do estado. Segundo Pavan, o genro de Lula é chefe de gabinete de uma deputada estadual, cujo nome ele preferiu não citar. O senador questionou a forma como os recursos foram adquiridos, uma vez que parlamentares da oposição não conseguiram a liberação de suas emendas ao Orçamento da União.



Leonel Pavan considera imoral suposta interferência do genro do presidente Lula

Muitas obrigações e pouca verba sufocam municípios, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, durante a abertura da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que os municípios brasileiros têm muitas obrigações, porém não recebem a necessária contrapartida. Na sua opinião, tanto a Constituição de 1988 como a legislação posterior outorgaram muitas responsabilidades aos municípios, que não têm condições de sustentá-las.

– O Brasil é o único país do mundo em que os municípios são entes federados, e nem por isso, no entanto, foram contemplados no ordenamento jurídico com as contrapartidas necessárias às enormes obrigações a eles outorgadas. Muitas obrigações e poucas contrapartidas causaram um efeito catastrófico. A imensa maioria dos municípios está em situação financeira caótica – disse Renan.

Na opinião do presidente do

Senado, as discussões durante o evento – que se realiza até amanhã no Hotel Blue Tree – podem contribuir para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Os debates sobre os problemas enfrentados pelas administrações municipais, segundo o senador, reforçam a necessidade de comunicação e o relacionamento entre as esferas municipal e federal.

Renan lembrou que o tema dessa nona marcha – Municípios Unidos Reconstruindo um Pacto Federativo Solidário – retrata de forma eficiente a importância de integrar as unidades da Federação. Ele disse que o Senado está consciente das dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros e, por isso, procura aperfeiçoar constantemente a legislação, assim como o orçamento, para amenizar os problemas enfrentados pelos prefeitos.

Entre as conquistas alcançadas

que beneficiam os municípios, Renan destacou a negociação das dívidas municipais com a Previdência Social. Ele informou que a matéria foi incluída quando a MP 255, aprovada em outubro de 2005, tramitou no Senado.

– Não resolve tudo, mas foi um considerável alívio às dívidas, muitas vezes impagáveis, dos municípios – disse.

Participaram da abertura da marcha o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o senador Ney Suassuna (PMDB-PB); entre outros ministros, o das Relações Institucionais, Tarso Genro, representando o presidente Lula; os presidentes da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkosky, e da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva; e mais de 3 mil representantes municipais.



Bancada parlamentar e prefeitos de Alagoas ouvem de Renan Calheiros que Senado fez muito pelos municípios

Em reunião com bancada, defesa do FPM maior

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem membros da bancada parlamentar alagoana e prefeitos do estado, que vieram a Brasília participar da IX Marcha dos Prefeitos em Defesa dos Municípios, e manifestou seu apoio às reivindicações dos municípios.

Renan frisou a importância da aprovação pela Câmara do aumento em um ponto percentual

do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A matéria faz parte da proposta de emenda à Constituição, conhecida como PEC paralela da reforma tributária, aprovada pelo Senado em 17 de dezembro de 2003. Para Renan, um grande passo para a celeridade do aumento do fundo seria a separação dessa parte da proposta do resto da PEC, que, a seu ver, ainda dependerá de ampla

negociação entre os deputados.

– O que o Senado pôde fazer pelos municípios fez: criamos a Subcomissão de Assuntos Municipais [vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos]; foi criado um programa na TV Senado para discutir as questões dos municípios; e conseguimos incluir no texto de uma MP a negociação da dívida dos municípios com a Previdência – disse.



Mão Santa: prefeitos em marcha não estão sendo atendidos adequadamente

Mão Santa aponta descaso do governo federal

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo federal pelo não-atendimento adequado, em sua avaliação, das demandas dos prefeitos participantes da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Ele lembrou que, na época em que foi prefeito do município de Parnaíba (PI), não havia marchas a Brasília como as que vêm ocorrendo nos últimos anos, “porque os presidentes da República tinham vergonha e obedeciam à Constituição federal”.

– Prefeito não é para marchar. Quem marcha é soldado – disse.

Garibaldi saúda marcha em defesa dos municípios

Na presidência dos trabalhos e como presidente da subcomissão de Assuntos Municipais, subordinada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) saudou a IX Marcha a Brasília dos Prefeitos em Defesa dos Municípios. O senador salientou a dinâmica que o movimento conquistou em 2006, graças, avaliou, ao trabalho realizado pela Confederação Nacional dos Municípios. Para Garibaldi, diferentemente de outros anos, em que a marcha era, na sua opinião, de desalento, “essa será a marcha da comemoração”.



Ao contrário de outros anos, “essa será a marcha da comemoração”, diz Garibaldi

“Se o governo federal quiser, a matéria será votada, mesmo com sete medidas provisórias trancando a pauta; o governo manda na Câmara”, afirma senador

Simon sugere pressão sobre o governo para aumento do FPM

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) advertiu ontem, em discurso, que, “se a Câmara dos Deputados não aprovar o aumento de um ponto percentual no repasse do Fundo de Participação dos Municípios [FPM] ainda esta semana, não aprovará mais”. Ele sugeriu ao presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que pressione o governo Lula a aprovar a matéria. A entidade está promovendo uma marcha a Brasília com a participação de cerca de 3 mil prefeitos.

– Bote a faca nos peitos deles que é só isso que essa gente entende. Eles só entendem de coação, de pressão. Ameace dar o troco nas eleições se a Câmara não aprovar o aumento do FPM. Se o governo quiser, a matéria será votada, mesmo com sete medidas provisórias trancando a pauta. O governo manda na Câ-



Simon diz que as lideranças municipais devem ameaçar dar o troco nas eleições

mara. É só lembrar o acordão que foi feito para liberar todo mundo das cassações do mensalão.

Pedro Simon disse ter acreditado que 2005 seria o ano do municipalismo no Brasil, depois que o presidente Lula prometeu aprovar o aumento do repasse do fundo de participação. Ele lembrou que a marcha realizada pelos prefeitos naquela ocasião terminou com Lula sendo carre-

gado como herói nos braços dos participantes. Depois disso, completou ele, a matéria foi aprovada no Senado, enviada à Câmara, mas lá não foi apreciada.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) também defendeu a aprovação do aumento do repasse aos municípios e observou que, nos últimos anos, a arrecadação das prefeituras caiu, enquanto suas responsabilidades aumentaram. Já Leonel Pavan (PSDB-SC) sugeriu a aprovação de um dispositivo que isente os novos prefeitos de assumirem as responsabilidades dos antigos ocupantes dos cargos.

Simon também manifestou a expectativa de que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro da Defesa, Waldir Pires, tragam ao Senado, na próxima semana, uma proposta viável para que a Varig possa continuar a funcionar.

Tourinho: reajuste é fundamental à autonomia

Ao comentar a IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, iniciada ontem, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considerou a aprovação de um ponto percentual a mais no índice de repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – que passaria de 22,5% para 23,5% – o passo inicial para a conquista de real autonomia entre os entes da Federação.

– O problema maior dos municípios desde 1988 é essa tendência de centralização da arrecadação tributária na União. É por aí que tem de consertar – afirmou



Tourinho critica concentração da arrecadação tributária na União

o parlamentar, observando que caiu bastante a participação de estados e municípios no reco-

lhimento do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Tourinho disse acreditar não ser “muito sincera” a atitude do governo Lula em defesa desse aumento do FPM. Em relação à promessa do Executivo de abrir uma linha de crédito do BNDES aos municípios, o senador afirmou que a medida “tem pouca valia diante da incapacidade financeira das prefeituras”.

Em apartes, Tourinho recebeu o apoio de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Jorge (PFL-PE).

Jucá defende maior repasse aos municípios

Ao registrar a presença de prefeitos do estado de Roraima ontem no Plenário do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou seu apoio à IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Entre as principais reivindicações do movimento, que teve início ontem e deve terminar amanhã, o senador destacou a



Jucá destaca presença de prefeitos de Roraima no Senado, na marcha a Brasília

ampliação, em um ponto percentual (de 22,5% para 23,5%), no repasse ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com Jucá, durante

a reforma tributária o Senado aprovou a medida, porém o projeto ainda espera votação na Câmara dos Deputados.

– Quero aproveitar a marcha para apelar à Câmara que vote o acréscimo no FPM, para que as prefeituras mais pobres tenham condição de ampliar a arrecadação – afirmou.

Na interpretação do senador, o evento caracteriza mais uma manifestação dos prefeitos do país em busca de “pleitos importantes para os municípios” brasileiros.

Antero apóia protesto dos agricultores de Mato Grosso

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou ontem apoio aos agricultores de Mato Grosso, que bloqueiam a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) como forma de protesto, visando obter do governo federal providências em relação à crise no setor.

Da tribuna, o senador informou que o movimento foi iniciado na semana passada, no município de Ipiranga. De acordo com Antero, os agricultores mato-grossenses advertem que, caso o governo federal não tome medidas, “todos os produtores de grãos do país estarão falidos”.

– Eles consideram que a políti-



Segundo Antero, os produtores cobram ação do governo federal para sanar crise

ca do governo federal está levando o setor produtivo à falência – alertou Antero.

O senador leu parte das 14 reivindicações dos manifestantes, entre elas o estabelecimento de uma política agrícola de longo prazo, a redução das taxas de juros e o credenciamento de novos armazéns em Mato Grosso.

Heloísa acusa o governo de descaso com crianças pobres

Heloísa Helena (PSOL-AL) acusou o governo federal de tratar com descaso as crianças pobres do Brasil, que, segundo ela, acabam se prostituindo ou entrando no narcotráfico em razão da miséria e da falta de oportunidades de crescimento como cidadãos.

Citando dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados pelo jornal *Correio Braziliense* de domingo, Heloísa Helena protestou contra a execução da política social do governo e disse que essa geração de miseráveis “foi levada a se perder por falta de alternativas”.

A parlamentar observou que fa-



Na opinião de Heloísa Helena, a miséria leva crianças à prostituição e às drogas

tos criminosos envolvendo crianças e adolescentes só chamam à ação quando viram manchetes na imprensa. Ela destacou que os piores indicadores sociais das pesquisas citadas foram aferidos em Alagoas, sua terra natal.

Segundo avaliou a senadora, “o governo prefere encher a pança dos banqueiros de dinheiro a corrigir tal situação”.

Sarney condena criação de serviço de inteligência

José Sarney (PMDB-AP) denunciou ontem em Plenário a criação de um serviço de inteligência pelo governo do Maranhão. Defendendo o direito individual à vida privada, o senador lembrou que a criação desse tipo de serviço pelos estados fere a Constituição.

– Não pode nenhum estado da Federação criar seu serviço de inteligência usando das violações ou do acesso aos direitos individuais das pessoas com a finalidade de defesa do Estado de direito. Isso é competência exclusiva da União, que exerce esse poder resguardado pelo controle externo do Congresso – assinalou.



Iniciativa do governo do Maranhão é inconstitucional, afirma José Sarney

O parlamentar alertou para os riscos de outros estados brasileiros seguirem o exemplo do Maranhão e decidirem pela criação de sistemas de espionagem.

Sarney destacou que abordava o assunto motivado não por interesses regionais, mas sim por se tratar de ameaças às liberdades públicas, aos direitos individuais e à privacidade das pessoas.



Em três anos, apenas 3.936 jovens foram beneficiados, segundo dados apresentados por Azeredo

Azeredo critica o programa Primeiro Emprego

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou ontem em Plenário o programa Primeiro Emprego, do governo federal. Citando matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Azeredo informou que, desde julho de 2003, apenas 3.936 jovens conseguiram emprego por meio do programa, quando o plano inicial previa a criação de 260 mil vagas anuais.

O senador se referiu ainda a um artigo publicado pelo jornal *O Tempo*. No texto, o autor, deputado Vittorio Medioli (PV-MG), opina que, ao defender o programa durante a campanha eleitoral de 2002, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato pelo PT, teria faltado com a verdade.

Gilvam registra morte de Otaciano Bento

Gilvam Borges (PMDB-AP) enviou condolências à família de Otaciano Bento Pereira, falecido em Belém. Segundo o senador, Otaciano, que era natural do Amapá, “foi um amazônida valente e resignado, que sofreu tudo que um homem da região pode sofrer”.

O parlamentar lembrou que Otaciano, embora sendo um homem simples, formou uma família de filhos empresários, educadores e médicos, que mereceram o reconhecimento da comunidade do Amapá.

Ele ainda comunicou que o governo federal depositou na conta do governo do Amapá a soma de R\$ 8,5 milhões, que serão destinados às obras da rodovia BR-856 naquele estado.

Senador deve propor que os ministros da Segurança Institucional e do Meio Ambiente se pronunciem sobre os 160 mil hectares que Johan Eliasch teria adquirido – área superior à da cidade de São Paulo

Virgílio questiona compra de área na Amazônia por empresário sueco

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse desconfiar de um “plano de compra da Amazônia que já começa a mostrar suas mangas”. Ele se referia à aquisição, pelo empresário sueco Johan Eliasch, de duas fazendas no estado do Amazonas, nos municípios de Itacoatiara e Manicoré.

– Esse empresário, que mora em Londres, comprou uma área total de 160 mil hectares, maior que a da cidade de São Paulo – ressaltou o senador, questionando “se não está por trás uma brutal negociata”.

Virgílio afirmou que vai convidar a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Jorge Armando Félix, para que se pronunciem sobre o assunto.



Segundo Arthur Virgílio, o Incra e o Ibama questionam a legalidade da transação

Johan Eliasch teria alegado que seu objetivo, ao comprar a área, é preservar a floresta. Conforme Virgílio, o empresário declarou que pretende vender “créditos de carbono” – títulos criados pelo Protocolo de Kyoto, que visam incentivar a redução da emissão de gases poluentes.

Alvaro quer reduzir tributos e aumentar a fiscalização

Ao opinar que o crescimento do desemprego na Grande São Paulo, que teria sido anunciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), retrata o mau desempenho da economia brasileira em um bom momento da economia mundial, Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a simplificação dos tributos e a ampliação da fiscalização para combater os principais entraves ao crescimento: sonegação fiscal e pirataria.

– As distorções, nesse caso, comprometem a concorrência entre empresas, cujo itinerário é pautado pelo descumprimento de obrigações legais, chegando até ao descaso no tocante ao direito de propriedade. Outro grande



Alvaro Dias critica os “juros estratosféricos e o câmbio desvalorizado devido a gastos públicos”

obstáculo é representado pelos juros estratosféricos, combinado ao câmbio desvalorizado devido aos altos gastos públicos – afirmou.

Na avaliação do senador, o atual go-

verno foi incapaz de criar condições efetivas para a queda dos juros. Para Alvaro Dias, as legislações trabalhista e tributária não estimulam contratações e investimentos. Somada a isso, acrescentou, a burocracia eleva o custo de qualquer transação comercial no Brasil.

O aperfeiçoamento da gestão pública, voltada à qualidade do gasto público, e a ampliação de investimentos na infra-estrutura também foram cobrados pelo parlamentar. Ele observou que os portos ineficientes, as estradas esburacadas e o uso incipiente de ferrovias e hidrovias reduzem o resultado e elevam os custos dos que produzem no Brasil.

Papaléo alerta sobre precárias condições das rodovias

Papaléo Paes (PSDB-AP) chamou a atenção do governo para a precariedade das estradas brasileiras, em especial as do estado do Amapá, que sofrem com a ação de assaltantes. O senador informou que auditoria recente do Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou as más condições das rodovias, como sinalização inadequada e falta de equipamentos e de estrutura da Polícia



Papaléo Paes destaca a falta de sinalização e os assaltos nas estradas do Amapá

Rodoviária Federal.

– Temos sucessivos casos de assalto ao longo de estradas estaduais e municipais, em especial no Amapá, onde quadrilhas interceptam ônibus – desabafou, culpando o descaso das

autoridades pelo fato de o número de assaltos ter aumentado.

Segundo o TCU, informou Papaléo, boa parte dos acidentes nos 62 mil quilômetros da malha rodoviária nacional poderia ser evitada se houvesse investimento em sinalização. Da mesma forma, disse, os veículos da Polícia Rodoviária estão em precárias condições de uso. Papaléo destacou os prejuízos causados por acidentes, cerca de R\$ 5,3 bilhões ao ano.

Ele classificou como ação eleitoreira a operação tapa-buracos, que, afirmou, consumiu R\$ 480 milhões em recursos não previstos pelo Orçamento da União.



Osmar Dias critica resultados do Primeiro Emprego, que executou apenas 0,5% da meta anunciada

Para Osmar, sem crescimento não haverá emprego

Ao criticar ontem o programa Primeiro Emprego, o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o governo já começou errando ao assumir como verdadeiro que os jovens não encontram emprego por serem inexperientes.

– Nem os jovens nem os mais velhos encontram emprego simplesmente porque não há um projeto de desenvolvimento e o crescimento do país é píffio – disse o parlamentar. Ele lamentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Trabalho tenham “buscado a autopromoção” e copiado de forma errada projeto de autoria do próprio senador que aguardava há oito anos aprovação na Câmara, depois de passar no Senado.

Lançado há três anos pelo governo federal, o programa previa a abertura de 260 mil empregos por ano para aqueles que ingressam no mercado de trabalho, o que somaria 780 mil em três anos. Desse total, destaca Osmar, apenas 0,5% foi criado. Na opinião do parlamentar, as 3.936 vagas geradas no período confirmam o fracasso da iniciativa.

O programa Primeiro Emprego tem por objetivo estimular empregadores a contratar jovens entre 16 e 24 anos, com baixa escolaridade e em situação de pobreza.

Reeleição

Osmar Dias criticou também o instituto da reeleição para o Poder Executivo, por entender que o sistema leva os governantes a fazerem gastos exorbitantes em propaganda em detrimento de investimentos em projetos voltados aos interesses da população.

Jane Araújo



Projeto de Camata foi aprovado, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação



Jane Araújo

Cadernos e livros didáticos deverão ter o *Hino Nacional* na contracapa

A letra do *Hino Nacional* deverá ser impressa nas contracapas de cadernos escolares e livros didáticos produzidos e adquiridos com recursos da União. É o que determina o projeto de lei de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE).

Camata disse ter apresentado seu projeto (PLS 31/06) a partir de sugestão recebida pela internet. Ele observou que, na Itália, os candidatos a um passaporte do país precisam demonstrar que conhecem o hino nacional italiano na hora de solicitar o documento.

Na opinião do relator, senador João Ribeiro (PL-TO), a proposta é uma “feliz iniciativa” no sentido

de aproximar os jovens do hino brasileiro.

A CE aprovou também parecer de Roseana Sarney (PFL-MA) favorável a projeto da Câmara (PLC 14/06) que institui 2006 como o Ano Nacional dos Museus. A matéria será agora examinada em Plenário. Em seu voto, Roseana lembra que os museus cumprem, no Brasil, a missão de documentar e perpetuar os testemunhos da diversidade cultural do país.

Recebeu ainda parecer favorável o PLC 3/06, que institui o Dia do Radialista, a ser celebrado em 7 de novembro, data de nascimento do compositor e radialista Ary Barroso. O relator do projeto e presidente da CE, Gerson Camata, considerou justa a homenagem.

Borges pede ao TCU uma auditoria sobre licitação da Docas da Bahia

O senador César Borges (PFL-BA) informou ontem ao Plenário que a Comissão de Fiscalização e Controle aprovou requerimento de sua autoria solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria em licitação da Companhia Docas da Bahia para construção de um terminal de embarque de grãos no porto de Aratu.

Para o senador, “a licitação estava viciada, visando privilegiar apenas uma empresa multinacional”. Ele esclareceu que pediu a auditoria do TCU porque a Docas é uma empresa com capital do governo federal e anunciou que vai solicitar ao Ministério Público Federal que investigue o caso.

Varig

Borges também protestou contra a ausência de autoridades do governo na audiência que discutiu ontem, no Senado, os problemas da Varig. Segundo disse, só compareceram “representantes da Anac, que não tem dinheiro, e da Infraero, que só quer receber suas dívidas da companhia”.

Ele advertiu que, se a Varig for à falência, os brasileiros irão perder, pois “sobrará apenas um



Concorrência estava viciada e objetivou favorecer uma multinacional, diz Borges

duopólio”. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que um acordo permitirá que a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, vá à Comissão de Infra-Estrutura para falar sobre a empresa.

Borges criticou ainda o anúncio do governo, durante a marcha dos prefeitos a Brasília, de aumento dos recursos para a merenda escolar e de empréstimos do BNDES para os municípios. “Quando os prefeitos voltarem aos seus estados, o governo vai esquecer tudo”. E se mostrou cético quanto à aprovação da emenda constitucional que pode aumentar o repasse de dinheiro às prefeituras, via Fundo de Participação dos Municípios, como prometeu o governo aos prefeitos.

Representantes de empresários alegam que órgãos estaduais já cobram pelo serviço de controle e fiscalização e pedem ao Senado que encontre saída para o problema

Indústria critica taxa ambiental e Ibama justifica sua cobrança

Representantes do setor industrial contestaram ontem, em audiência pública no Senado Federal, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), sob a alegação de que órgãos estaduais já cobram pela execução do serviço. Eles também alegam que o pagamento do tributo onera ainda mais as pequenas e microempresas.

Já o representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Márcio Rosas de Freitas, argumentou que a taxa cobrada pelo órgão destina-se a cobrir custos relacionados à manutenção do Cadastro Técnico Federal – banco de dados com 400 mil empresas –, bem como à viabilização do Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente.

Ao final dos debates, o senador César Borges (PFL-BA), presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) – que promoveu a audiência pública –, propôs uma articulação do Senado para solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento, em plenário, de agravo regimental que considera a cobrança indevida e inconstitucional. O agravo foi apresentado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Atribuições

Borges afirmou que o Senado precisa abrir canais de comunicação para limitar a ação do Ibama, que, na opinião do parlamentar, “quer se meter em tudo”, inclusive na autonomia dos estados brasileiros. Segundo o senador, o órgão busca agigantar-se na cena nacional, mas não possui pessoal



Quintanilha (2º à esquerda) dirige audiência pública em que a CMA debateu o tributo

nem atribuições legais para tanto. O Ibama, disse ele, também não cumpre suas funções específicas de licenciar empreendimentos, perturbando o crescimento econômico do país, destacou.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a solução mais rápida é fazer um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que edite uma medida provisória suspendendo a cobrança dessa taxa. A MP vigoraria enquanto o Poder Judiciário não decide a questão. Flexa Ribeiro mostrou-se convicto de que o STF dará “ganho de causa aos estados da Federação”.

Na avaliação da representante da CNI, Maria Luiza Werneck Santos, a cobrança da TCFA pelo Ibama não se justifica porque não corresponde a qualquer serviço prestado pelo órgão. Segundo ela, o controle e a fiscalização ambientais são exercidos por órgãos estaduais que cobram por isso. Em São Paulo, por exemplo, a incumbência é da CTESP, e no Rio de Janeiro, da Feema, mencionou.

Maria Luiza disse, ainda, que a indústria brasileira já paga carga tributária muito alta, não

se justificando que, em tempos de globalização e de tanta competição, tenha que pagar duas vezes pelo mesmo serviço.

Custo modesto

Por sua vez, o representante do Ibama afirmou que a TCFA – criada pela Lei 10.165/00 – é “muito modesta”: R\$ 112 por trimestre para microempresas, e R\$ 225 para médias empresas.

Representando o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Romildo de Oliveira Campelo afirmou que há aproximadamente 9 mil associados do órgão – micro e pequenas empresas – inadimplentes com a taxa desde o ano 2000, “porque se esperava que o Poder Judiciário considerasse sua cobrança ilegal”.

– Como isso não aconteceu, a lei está em vigor e o Ibama ameaça com uma cobrança leonina, que inclui multas e correção monetária, e vai empurrar esses milhares de pequenos empresários inadimplentes para a ilegalidade. Querem destruir a pequena indústria no país – disse Romildo Campelo, que conclamou o Senado Federal a encontrar uma saída para o impasse.

Aprovadas normas para produção de cal sem poluição

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou, em turno suplementar e decisão terminativa, substitutivo ao Projeto de Lei 314/03, que disciplina o processo de fabricação de cal virgem e hidratada. A finalidade da proposta é eliminar riscos de geração de compostos

poluentes ao meio ambiente.

O substitutivo, aprovado anteriormente na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), prevê padrões para a extração da rocha calcária, a produção da cal em si, os combustíveis aceitáveis para uso no processo de calcinação para eliminar os riscos de contaminação e gera-

ção de poluentes. Estabelece, ainda, as práticas preventivas da emissão dos compostos gasosos, responsáveis pela ocorrência do fenômeno das chuvas ácidas.

A proposta prevê, no caso de infrações pelas empresas fabricantes, advertência, multa, suspensão temporária e até definitiva da atividade industrial.

Representante de empregados da companhia aérea afirma que plano de recuperação prevê redução de 30% dos salários daqueles que permanecerem em seus postos



Presidida por Heráclito (centro, ao microfone), ao lado de Valadares e Pavan (4º à dir.), audiência reuniu credores e empregados

Trabalhadores aceitam demissão de 2,9 mil para salvar a Varig

Os empregados da Varig estão dispostos a aceitar cortes no número de empregos na companhia como contribuição ao plano de recuperação da empresa. Para adequar o quadro às condições operacionais do momento, eles aprovam uma redução de 2.900 postos, como revelou o coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig, Márcio Marsillac, em audiência pública realizada no Senado, ontem, para debater a crise e apontar alternativas para salvar a companhia da falência.

O plano envolve ainda uma negociação para que os empregados remanescentes abram mão de 30% de seus salários, acrescentou

Marsillac. No depoimento, ele pediu pressa e uma ação “proativa” do governo para que se mantenha a empresa viva.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Elnio Borges, criticou o “mantra”, segundo ele repetido por autoridades e até por sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de que dinheiro público não será usado para salvar a Varig. Ele garantiu que os planos para a recuperação da empresa não passam por esse caminho e que as interpretações nessa linha, denunciou, camuflam interesses a favor da falência da empresa, de sua entrega a concorrentes ou de sua venda, “na bacia

das almas”, para especuladores.

O diretor-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, contestou críticas à falta de apoio do governo para salvar a empresa. Segundo ele, esse apoio vem ocorrendo há muitos governos, do contrário o “desfecho” da situação da empresa já teria sido outro. O que está em questão, como afirmou, diz respeito à forma de capitalização da empresa.

Na próxima semana, os debates sobre a crise da Varig serão retomados com a presença da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, entre outros representantes do governo.

Senadores cobram ações do governo para companhia

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) enxerga uma atitude de frieza do governo em relação à crise enfrentada pela Varig. Segundo ele, o empenho para uma solução visando à recuperação da empresa acabou quando foi rejeitada a proposta de fusão da companhia com a concorrente TAM, por ele considerada como uma incorporação e que assegurava à Varig apenas 5% do capital da nova empresa que seria constituída. Para o senador, a proposta não tinha lógica e era impossível de ser aceita. A avaliação foi feita ontem, na audiência pública realizada por quatro comissões do Senado, para debater a crise da Varig.

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o debate correto

sobre a questão envolve uma mobilização suprapartidária para tentar uma saída, que pode passar, como avaliou, por um encontro de contas entre dívidas e crédito mútuos entre governo e Varig.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) também defendeu um encontro de contas entre o setor público e a Varig. Ele disse esperar fatos positivos estimulados a partir do debate no Senado, com notícias de soluções antes do aniversário de 79 anos da empresa, em maio próximo.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) leu na reunião texto com opinião do presidente Lula sobre a crise da Varig, em 2002, em que ele admitiu uma solução com apoio do governo, para que

as companhias aéreas tivessem tratamento tributário semelhante ao desfrutado pelas companhias estrangeiras em seus países. Isso impediria, como afirmava, que fossem “engolidas” por concorrentes de fora.

Ramez Tebet (PMDB-MS) observou que após a edição da nova Lei de Falências seria um contrassenso haver omissões que possam levar a Varig à derrocada. Contendo mecanismos que favorecem a recuperação das empresas em dificuldades, a nova lei, de acordo com Tebet, garantiu uma redução de 30% no registro de falências no país. Edison Lobão (PFL-MA) apoiou Tebet e também defendeu uma saída baseada no encontro de contas entre a Varig e o governo.

Empresa de recuperação nega pedido por dinheiro público

Em audiência pública promovida ontem para debater a crise na Varig, Marcelo Gomes, gerente-geral da empresa Alvarez e Marsal, responsável pelo processo de recuperação da companhia aérea, negou que esteja sendo pedida injeção de dinheiro público na empresa.

– Trabalhamos para uma solução de mercado, e não para a injeção de dinheiro público na companhia – destacou.

Gomes alegou a existência de problemas de fluxo de caixa no primeiro semestre, o que levou à solicitação de prazos aos fornecedores e credores, mas ressaltou que o processo de recuperação aprovado no fim do ano passado vem sendo cumprido rigorosamente. Segundo ele, a empresa é viável, com alguns ajustes, mas precisa do apoio das empresas ligadas ao governo para se recuperar. São necessários US\$ 100 milhões, informou.

Marcelo Gomes destacou que a Varig tem R\$ 5,8 bilhões para receber da União e dos estados, em atrasados e em cobranças de impostos inconstitucionais. Disse ser vital que o governo faça o chamado “encontro de contas”, o cruzamento de débitos e créditos entre o governo e a Varig, aumen-

tando os ativos e melhorando os balanços.

O presidente da Infraero, tenente-brigadeiro José Carlos Pereira, observou que a empresa “fez tudo o que podia fazer” para ajudar a Varig, que hoje deve R\$ 515,1 milhões. A dívida cresce todo dia em R\$ 900 mil em tarifas de pouso, decolagem e permanência e a situação pode ficar mais preocupante ainda quando o Tribunal de Contas da União (TCU) publicar o acórdão para que a Infraero cumpra a lei, ou seja, cobre o montante devido.

Já o gerente-executivo de produtos de aviação da BR Distribuidora, Pedro Caldas, alegou que é muito arriscado para a BR atender à solicitação de prazo pedida pela Varig. A distribuidora teve lucro líquido de R\$ 650 milhões em 2005 e o prazo de dois meses pedido pela Varig representa R\$ 160 milhões, sem qualquer garantia.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o fato de que o governo aposte unicamente em uma solução de mercado para a salvação da Varig. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu que a Petrobras, em época de propaganda de auto-suficiência de petróleo, doe querosene de aviação à empresa.

É seguro voar pela empresa? Agência de Aviação diz que sim

Os representantes da Varig e de seus funcionários, além do diretor-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, reafirmaram à sociedade, durante a audiência pública que discutiu ontem a crise da empresa, que não há qualquer perigo em voar pela companhia. O cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, William Weissman, aconselhou os americanos a evitarem a Varig, segundo informação do jornal *O Globo*.

– A empresa tem padrão de excelência, as aeronaves voam em absoluta segurança. A Varig tem os menores índices de acidente do mundo, tem a cultura de segurança, é da história dela. E a agência não vai abrir mão de observar isso com absoluta atenção – explicou Zuanazzi.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) teve aprovado requerimento dirigido às embaixadas dos Estados Unidos e do Reino Unido, que também sugeriram a escolha de outra companhia aos seus compatriotas, para que voltem atrás na afirmação ou dêem

recomendação diferente.

O gerente-geral da Alvarez e Marsal, Marcelo Gomes, considerou as declarações “irresponsáveis”. O diretor do Sindicato Nacional dos Aeroaviários, Elnio Borges, informou que 30 aeronaves estão paradas porque não foram consideradas seguras e o representante dos funcionários da empresa, Marcio Marsillac, ressaltou que os “passageiros não correm risco maior do que os de qualquer empresa de primeira linha no mundo todo”.

O senador Paulo Paim (PT-RS) foi escolhido pelas quatro comissões promotoras da audiência pública conjunta – de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) – para articular a realização de uma audiência pública com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para continuar os debates sobre a crise da Varig. O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) ressaltou que, caso ocorra, tal reunião será “histórica”.